

Governo estuda congelar os combustíveis durante a guerra

Energia Preocupação está concentrada principalmente em áreas do país que dependem mais do produto importado

Risco de faltar combustível é 'pontual'

Gabriela Ruddy e André Ramalho
Do Rio

Uma alta recente do preço do petróleo, após o início da guerra na Ucrânia, ampliou a defasagem dos preços praticados pela Petrobras em relação à paridade internacional e levanta preocupações quanto à segurança do abastecimento de combustíveis. Agentes do setor, como a própria estatal, importadores e distribuidores têm alertado para riscos, ainda que pontuais, em relação a abril.

Isso porque a defasagem da Petrobras se acentuou nos últimos dias, no momento em que a estatal se prepara para atender à demanda do próximo mês. A petroleira responde por cerca de 80% do fornecimento doméstico de diesel e gasolina e o restante é abastecido por importadores privados e outros refinadores. Com os preços da estatal abaixo da referência internacional, as trading privadas se retraem e os demais produtores — caso da Acelen, dona da Refinaria de Mataripó (ex-ILAM, na Bahia) — podem passar a ter nas exportações uma opção mais rentável.

Segundo uma fonte do setor, já há casos de estresse no fornecimento de combustíveis a distribuidoras em Aracaju (PE) e Salvador (BA). A Agência Nacional de Petróleo (ANP) esclareceu que monitora o abastecimento nacional "de forma sistemática, por meio do acompanhamento dos fluxos logísticos em todo o território brasileiro", e que, até o momento, o abastecimento se mantém regular.

A discussão sobre eventual desabastecimento é um elemento presente nas discussões entre o governo e a Petrobras sobre formas de atenuar os efeitos da alta dos combustíveis. Uma das propostas, que conta com apoio da estatal,

considera subsidiar os combustíveis usando os dividendos e royalties pagos pela companhia. A ideia, porém, enfrenta resistências da área econômica, por comprometer o teto de gastos.

O último reajuste da Petrobras ocorreu há 54 dias, no dia 12 de janeiro. Desde então, os preços do petróleo tiveram forte alta. A valorização da commodity se agravou ontem, depois que os EUA passaram a cogitar sanções sobre exportações russas de óleo. O barril tipo Brent, referência global, encerrou a US\$ 123,21, depois de chegar perto dos US\$ 140 ao longo do dia. A Stonex estima que a Petrobras está vendendo o litro do diesel S-10 com defasagem de 51%, ou R\$ 1,86 por litro, enquanto os preços da gasolina estão 35% (R\$ 1,16 por litro) abaixo da paridade. Segundo a consultoria, a petroleira nunca praticou uma diferença tão alta como a desta que adotou a política de preços de alinhamento ao mercado externo, em 2016.

A Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom) diz que os associados não têm feito operações neste ano e confirma que existe risco de desabastecimento. "É difícil quantificar esse risco, pois não temos acesso a dados de estoques, mas o risco de faltar suprimento existe, pois as refinarias não conseguem atender todo o consumo", disse o presidente da Abicom, Sérgio Araújo.

Segundo a ANP, as importações de combustíveis foram fortemente reduzidas pela Petrobras e pela iniciativa privada (caíram 99% em janeiro, ante igual mês no ano passado, para 19 mil barris/mês. Os volumes vêm sendo retomados desde outubro, quando chegaram a 2,5 milhões de barris. As grandes distribuidoras (hoje, as grandes distribuidoras) devem seguir comprando. Entretanto, ele avalia que pode ha-



Para o consultor Adriano Pires, com a defasagem alta da Petrobras, refinarias privadas podem se interessar por exportar

ver problemas pontuais, sobretudo no Norte e Nordeste, que dependem mais de importações.

"Não acho que vai chegar a faltar combustível. A Petrobras importa e há outros grandes importadores que seguem trazendo combustível, pois têm uma rede grande [que precisa ser abastecida] independentemente do preço", disse.

Em geral, as distribuidoras compram parte dos volumes com a Petrobras e complementam as respectivas demandas com importação. E via compras no mercado internacional que as distribuidoras conseguem se diferenciar das demais, uma vez que a estatal estabe-

lece cotas de volumes para cada cliente, nas refinarias, e vende os produtos com preços igualitários. "De acordo com uma fonte de uma das principais distribuidoras do país, quem importa hoje está tendo prejuízos para manter as compras no mercado externo e atender às obrigações contratuais — as líderes do setor, a Vibra (ex-IBR), Raizen e Ipiranga, têm redes próprias maiores, com contratos de exclusividade de fornecimento, e geralmente mantêm as importações mesmo durante os momentos de defasagem da Petrobras. Com uma rede grande de postos bandeirados, elas têm menos difi-

culdades na hora de repassar custos aos revendedores do que as distribuidoras menores. O diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CIBIE), Adriano Pires, aponta que no quadro atual de defasagem dos combustíveis as refinarias privadas do país também têm maior interesse em se voltar às exportações.

A Petrobras reconhece que repassar integralmente o aumento dos preços internacionais é inevitável e mantém conversas com o governo para buscar soluções. Uma das propostas em discussão no governo no momento é a criação de um novo programa de subsídio para o diesel e a gasolina, o "gás de cozinha", a exemplo do adotado por Michel Temer em 2018 para o diesel. A proposta permitiria à estatal fazer um reajuste menor, uma vez que haveria um subsídio governamental. Em 2018, após a greve dos caminhoneiros, o Tesouro desembolsou R\$ 6,8 bilhões para ressarir a Petrobras e demais agentes por venderem o diesel R\$ 0,30/litro mais barato que o preço de referência — fixado com base na paridade de importação.

Intervenção nos preços da Petrobras conquista adeptos

Lu Aiko Otta e Daniel Ritterer
De Brasília

A ideia de pedir aos acionistas da Petrobras uma "cota de endividamento" diante da guerra, com a suspensão temporária dos reajustes dos combustíveis apenas durante o conflito, ganha adeptos dentro do governo. Ela consta do Projeto de Lei 1.472/21, relatado pelo senador Jean Paul Prates (PT-RN), e foi defendida ao presidente Jair Bolsonaro ontem por auxiliares diretos.

A avaliação feita no governo é que seguir com a atual política de preços da estatal, que resultaria em reajuste da ordem de 30% nos preços dos combustíveis, sa-

crificaria o projeto de reeleição.

Por parte da equipe econômica, é a primeira vez desde a campanha eleitoral de 2018, quando foi prometido um cheque de liberalismo no país, que se admite mudança na fórmula de preços da Petrobras como alternativa para conter o aumento dos combustíveis diante da disparidade do petróleo. E nem de longe essa é a opção preferida do ministro da Economia, Paulo Guedes, e seus auxiliares, incluindo o condômino interinstitucional do governo na Petrobras. Mas, com o barril do Brent na faixa dos US\$ 120, isso deixou de ser tabu. Preferem isso a um fundo com dividendos da estatal e receitas do pré-sal.

Do outro lado, o pré-candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT) já conversou com Prates sobre o tema. Também Ciro Gomes, pré-candidato do PT, tem sido crítico do lucro elevado da estatal.

Assim, a percepção no governo Bolsonaro é que os principais candidatos estão insatisfeitos com a política de preços da empresa. Alterá-la já é algo que estaria no radar. Então, melhor que seja feita pelo atual governo, sugeriu um interlocutor do presidente. A escusa de Rodolfo Landim para presidir o conselho de administração estatal nessa linha de raciocínio. Ele já chegaria com a missão de ao menos colocar a política de paridade de preços em discussão.

Outra ala do Executivo defende, alternativamente, a criação de um fundo de estabilização de preços de combustíveis para amenizar choques, com custo estimado em R\$ 120 bilhões. A ideia tem firme oposição de Guedes. Nos bastidores, o ministro tem pressionado para que as soluções não afetem o teto de gastos nem exijam edição de créditos extraordinários.

O plano A do governo é a aprovação do Projeto de Lei Complementar (PLP) 11/20, também relatado por Prates. O texto retira a incidência dos impostos federais sobre o diesel, ao custo de R\$ 18 bilhões. Com isso, o preço do diesel na bomba cairia R\$0,50 por litro. Também muda a forma como é

cobrado o ICMS, o principal tributo estadual, sobre combustíveis. Em vez de um percentual sobre o preço, passaria a ser um valor fixo por litro. Nesse caso, o impacto seria maior, na faixa de R\$ 1 a R\$ 2.

Prates queria que fossem votados os dois projetos juntos: o PLP 11 e o PL 1.472. No segundo texto, há pontos que desagradam a equipe econômica, como a criação de um fundo de estabilização de preços e a taxa sobre a exportação do petróleo. A informação é que o relator já teria desistido desse ponto. Há ainda a ampliação do vale-gás, que não levanta grandes resistências. Em paralelo, o governo pode ainda acionar o Conselho Administrativo de Defesa Econômica

(Cade) para analisar o lucro da Petrobras. Essas soluções são adequadas ao momento atual, com o aumento da fonte. Porém, dependendo da duração do conflito, medidas bem mais extremas podem ser tomadas. Não está fora do radar o acionamento do estado de calamidade, caso o conflito perdure e haja desabastecimento.

Nesse caso, salário do funcionalismo seria novamente congelado, o teto de gastos ficaria suspenso e poderiam ser usados créditos extraordinários para novas despesas. Nesse cenário extremo, Bolsonaro poderia criar um exemplo extraordinário para, por exemplo, taxar o lucro da Petrobras, disse um interlocutor do presidente.

Bolsonaro diz que política de preço está errada e promete alternativa

Matheus Schuch e Renan Truffi
De Brasília

A forte alta na cotação do petróleo fez o presidente Jair Bolsonaro retomar a defesa de uma revisão na política de preços da Petrobras, que ontem ele classificou como "errada". Pressionado pela iminência de um boom nos preços dos combustíveis, que pode comprometer sua reeleição, o presidente já discute com auxiliares uma saída para evitar novos reajustes ao consumidor, o que considera "não admitível" neste momento.

Embora já tivesse sido citada por Bolsonaro em momentos críticos de escalada de preços, a revisão da Política de Preços de Paridade de Importação (PPI) sofria resistências na equipe econômica, por feita diretamente a linha liberal defendida pelo ministro Paulo Guedes. A medida, por outro lado, sempre foi apontada como solução para as oscilações bruscas do mercado internacional por políticos de esquerda.

Alertado de que seu projeto político ficaria insustentável com uma nova escalada de preços dos combustíveis ao mesmo tempo em que a Petrobras aumentou seu lucro em 1.400% no ano passado, o presidente pres-

sionou a equipe e iniciou a semana defendendo publicamente a medida.

"Já estamos tomando medida porque é algo anormal, o barril de petróleo saiu da casa dos US\$ 80 para US\$ 120", disse o presidente em entrevista à Rádio Folha, de Roraima. "Vamos buscar uma alternativa porque, se você for repassar isso tudo para o preço dos combustíveis, você tem que dar um aumento em torno de 50% nos combustíveis, não é admitível".

Bolsonaro afirmou que teria um encontro ontem sobre o tema, mas as discussões se concentraram nas equipes técnicas dos ministérios da Casa Civil, Economia e Minas e Energia. Novas reuniões devem acontecer hoje.

"A população não aguenta uma alta por esse percentual aqui no Brasil", argumentou Bolsonaro, prometendo encaminhar uma solução que "empurrar com a barriga" o problema.

Nas vigências que faz pelo país, a alta no preço dos combustíveis tem sido um dos principais motivos de cobranças de populares ao presidente. O tema também é citado com frequência em conversas com apoiadores no cercadinho do Palácio da Alvorada e afeta uma categoria sensível a

Bolsonaro: os caminhoneiros, que o apoiaram em massa nas eleições de 2018.

A lei da paridade, criada no governo Michel Temer após sucessivas intervenções de gestões petistas na Petrobras, foi classificada como um erro por Bolsonaro, que até então já havia exaltado inúmeras vezes a suposta independência que dirigentes da estatal teriam em seu governo, além de ter prometido que nunca iria interferir na companhia. "A questão do petróleo é grave, mas dá para resolver, no meu entender", sustentou Bolsonaro. "Agora, mas as discussões erradas lá atrás que você tem em paridade com o preço internacional, ou seja, o que é tirado do petróleo, leva-se em conta o preço fora do Brasil, isso não pode continuar acontecendo. Estamos vendo isso aí sem mexer, sem sobressalto no mercado".

Relator dos projetos que tratam da tributação de combustíveis no Senado, Jean Paul Prates (PT-RN) ironizou o posicionamento de Bolsonaro.

"O PPI é errado para todo mundo. Acho que até o Bolsonaro chegou à conclusão de que o PPI está errado, mas chegou tarde demais. A gente já impingiu para os brasileiros toda essa cri-



Senador Jean Paul Prates (PT-RN): Bolsonaro "chegou tarde demais" nas críticas à política de preços da Petrobras

se absoluta que, com a questão da guerra na Ucrânia, evidenciou um pouco mais. Há um ano estamos sofrendo com os preços", afirmou Prates.

O tema dos combustíveis está na pauta de amanhã do Senado.

Na ocasião, os senadores vão analisar o PLP 11/2020, que promove alterações na cobrança do ICMS, e o PL 1.472/2021, que altera a política de preços da Petrobras e cria uma conta de estabilização para as tarifas. Ambos são

relatados pelo senador do PT. "O PPI não pode ser imutável. Alterar o PPI não é interferir nos preços", alegou. "Agora, está caindo a ficha. Vamos fazer o trabalho juntos, vamos alterar" finalizou Prates.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Especial **Caderno:** A **Página:** 16